



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO: LGBTIQ ocupando a Câmara

Data: 21/7/17

Realizador: Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor

Local de realização: Plenário Amyntas de Barros

9h55min - Abertura

Composição da mesa:

- Vereador Gabriel, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor;
- Vereadora Áurea Carolina, integrante da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor;
- Samuel, da Frente Autônoma LGBTIQ;
- Elizabeth Matos Marques, representante do Centro de Referência pelos Direitos Humanos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CRLGBT - e da Coordenadoria de Direitos da População LGBT;
- Eliane Dias, representante da Rede Afro LGBT ;
- Nathan Rodrigues, representante do TransVest;
- Karina, representante do coletivo KolaKasBi;
- Anyky Lima, vice-presidente do Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais - Cellos/MG e representante da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - Antra.

Informações preliminares

O **vereador Gabriel** declarou abertos os trabalhos, saudou os presentes e considerou fundamental a discussão do tema. Discorreu sobre a resistência existente nesta Casa quando se trata do assunto, alegando que não esperava por tal situação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Disse acreditar que o mais importante neste evento é demonstrar a importância da visibilidade e da participação da comunidade LGBTIQ na política e na sociedade.

A **vereadora Áurea Carolina** discorreu sobre o fato de ter ocorrido, neste plenário, manifestações preconceituosas e intolerantes contra a comunidade LGBTIQ, pontuando que se espera que os parlamentares ajam conforme os princípios da democracia. Destacou a importância de reconhecimento da comunidade LGBTIQ e disse que considera histórico esse momento para Belo Horizonte.

Elisabeth Marques informou que é analista de políticas públicas da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH. Disse lutar a favor de políticas públicas para comunidade LGBTIQ e ter ciência das dificuldades que a envolve. Pontuou a importância da persistência na luta em prol de direitos humanos. Destacou a relevância dos espaços no Município para atendimento da população LGBTIQ, informando que o CRLGBT é um local para ouvir quem teve o seu direito violado. Disse que ainda não há uma política para os LGBTIQ no Município. Disse que os agentes públicos tem a obrigação garantir o respeito aos direitos humanos, à cidadania e à dignidade. Declarou que se deve construir no Município essa visão de respeito a todos os seres humanos, considerando toda a diversidade de orientação sexual.

Eliane Dias fez referência à Rede de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de Minas Gerais, informando que se trata de um projeto ligado à resistência. Agradeceu pela realização deste seminário. Discorreu sobre a conjuntura do país e considerou a importância da presença de pessoas negras no espaço político. Disse que a militância tem a necessidade de passar por processos de reinvenção, reorganização e até de superação das adversidades. Declarou que o Brasil ainda é um país racista, sexista e machista. Disse que há necessidade de haver maior representação nas casas legislativas das comunidades negras e LGBTIQ.

Samuel informou ser um dos membros da Frente Autônoma LGBT. Considerou que, se não for feito um trabalho que contemple toda a diversidade que envolve a comunidade LGBTIQ, dificilmente haverá conquista dos espaços almejados pelo referido grupo. Discorreu sobre as diferenças existentes nas paradas LGBT de São Paulo e Belo Horizonte, alegando que nesta cidade a comunidade é mais diversa,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

miscigenada e jovem. Informou que os membros da comunidade LGBTIQ têm religião e família, entendendo ser ignorância a afirmação de que os membros do LGBTIQ sejam contra a família. Pontuou a violência existente contra os membros da LGBTIQ, informando que ocorrem homicídios em razão da orientação sexual ou de gênero da pessoa. Expressou a sua oposição ao governo federal de Michel Temer.

Karina informou que o coletivo KolaKasBi foi criado através de bissexuais que se conheceram em redes sociais. Agradeceu a oportunidade desse seminário para dar visibilidade ao coletivo e ao tema da bissexualidade.

Anyky Lima informou ter 62 anos de idade e relatou sua luta por conquista de seus direitos. Pontuou a importância de haver espaços na sociedade para a comunidade LGBTIQ se manifestar. Disse que a atuação dos Direitos Humanos não chega à sua comunidade como deveria chegar, solicitando maior apoio à comunidade. Afirmou que há desigualdade dentro da própria comunidade, informando que negros sofrem maior preconceito. Disse ser travesti e que tal categoria é oprimida pela sociedade.

Nathan Rodrigues discorreu sobre a invisibilidade dos homens trans, dizendo que há muito tempo ocorre tal invisibilidade e que há uma luta para superar tal situação. Informou que, ontem, foi feita uma parada LGBTIQ em um presídio em Minas Gerais, considerando ser um momento histórico.

O fotógrafo **Léo Drummond** apresentou vídeo sobre a rotina da comunidade LGBT na Subsecretaria de Administração Prisional - Suapi. Discorreu sobre o Projeto Voz, que consiste num conjunto de iniciativas de comunicação desenvolvidas em unidades prisionais.

10h50min – 1ª Mesa Temática – Acesso à saúde LGBTIQ em BH

Composição da mesa:

- Vereadora Áurea Carolina;
- Jackson Machado Pinto, Secretário Municipal de Saúde;
- Dalcira Ferrão, da Comissão de Diversidade Sexual do Conselho Regional de Psicologia.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A **vereadora Áurea Carolina** informou que o vereador Pedro Patrus também apóia a causa LGBTIQ.

Dalcira Ferrão, em esclarecimento à vereadora Áurea Carolina, disse que a discussão da causa LGBTIQ, quando interage com o tema da Saúde, não é tarefa fácil. Disse que, durante muito tempo, profissionais da psicologia patologizaram certas identidades de gênero e de sexo. Pontuou que os profissionais da psicologia devem se pautar pelo respeito à diversidade humana e considerou as dificuldades enfrentadas pelo reconhecimento e valorização da comunidade LGBTIQ. Disse que o preconceito e a violência contra a comunidade LGBTIQ gera adoecimento de seus membros. Afirmou que todos devem ter acesso ao Sistema Único de Saúde - SUS, mas discorda do discurso que utiliza a patologização da comunidade travesti e transexual como justificativa para que eles tenham acesso ao sistema. Disse que considerar tal comunidade patológica é um modo de cercear seus direitos. Disse que, através do Conselho Regional de Psicologia, tem-se buscado ocupar espaços de controle social para pensar estratégias de enfrentamento a fobia à comunidade LGBTIQ. Convidou a vereadora Áurea Carolina para participar do mutirão de retificação de nomes de travestis, mulheres e homens transexuais, promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais e pelo Conselho Regional de Psicologia, que ocorrerá no dia 26/7/17, de 9 às 17 horas.

Nathan Rodrigues disse que avistara uma propaganda do governo estadual em que diz que Belo Horizonte e o Estado de Minas Gerais são um lugar para todos, mas disse que discorda, pois considera que somente as classes média e alta têm acesso aos benefícios da política do governo. Disse que a comunidade LGBTIQ não possui acesso a tais benefícios, pontuando que também é dificultado o seu acesso à Saúde. Acrescentou que a referida comunidade permanece invisível para o Sistema Único de Saúde - SUS. Disse que é difícil conseguir hormônios para os homens trans, e que estes deveriam ser fornecidos pelo SUS. Discorreu, ainda, sobre a dificuldade de acesso a outros medicamentos, mencionando casos em que homens trans tomaram remédios inadequadamente e vieram a falecer.

A **vereadora Áurea Carolina** disse que a comunidade LGBTIQ deve receber uma



resposta adequada do poder público sobre as discriminações institucionais vivenciadas.

Jackson Machado Pinto disse que não se deve rotular as pessoas, respeitando cada um. Disse que o SUS deveria ser para todos, mas sabe-se do histórico negativo de seu atendimento. Fez um retrospecto de sua vida, pontuando a sua formação em Medicina e disse que vem lutando para que as pessoas se desarmem do preconceito. Considera discriminatório haver um ambulatório exclusivo para a comunidade LGBTIQ, pois considera que reforça o preconceito. Disse que os 152 centros de saúde do Município estão buscando superar os preconceitos existentes contra a comunidade LGBTIQ, mas que isso não ocorrerá imediatamente. Pontuou as dificuldades financeiras enfrentadas pela Saúde no Município.

A **vereadora Áurea Carolina** disse que é importante que haja compromisso público da PBH, por meio da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, para a execução de políticas de atendimento específico para a comunidade LGBTIQ. Disse que os ambulatórios próprios para a comunidade seria uma ferramenta para realizar justiça social e aprimoramento da capacidade técnica da gestão pública. Pontuou que se deve considerar a singularidade de grupos da sociedade.

O **secretário Jackson Machado Pinto** discordou da vereadora Áurea Carolina, posicionando-se contrário à implantação de ambulatórios específicos para qualquer tipo de comunidade. Afirmou que todas as pessoas devem ser atendidas pelo Poder Público de modo universal, independentemente de suas particularidades. Disse que tem resistência em rotular as pessoas, pois não vê os membros da LGBTIQ como pessoas diferentes das outras. Esclareceu à vereadora Áurea Carolina que é comprovado cientificamente, através de estudos epidemiológicos, que há uma maior probabilidade de pessoas que possuem vários parceiros sexuais venham a contrair doenças venéreas, independentemente de valores morais ou de profissão por elas ocupada. Reafirmou que possui resistência em rotular as pessoas, pontuando que não vê prostitutas, lésbicas, travestis e transexuais como pessoas diferentes das demais.

A **vereadora Áurea Carolina** disse que o número de parceiros sexuais não pode ser



associado à estigmatizações ligadas a doenças. Ponderou que o termo adequado a ser utilizado nesta discussão é “orientação sexual” em vez de “opção sexual”, pois é mais condizente à realidade das pessoas.

O **vereador Gabriel** manifestou consonância com o posicionamento da vereadora Áurea Carolina e sugeriu ao secretário Jackson Machado Pinto a também utilizar o termo “orientação sexual”. Pontuou que se constrói uma cidade para todos gradativamente. Disse que um dos maiores desafios para os vereadores é a limitação constitucional, pois não podem legislar sobre vários assuntos. Considerou que este seminário pode elaborar uma listagem do que as pessoas aqui presentes desejam.

Dalcira Ferrão alegou que não se sente representada politicamente quando ouviu a fala do secretário Municipal de Saúde, discordando de seu discurso. Disse que a postura de associar a população LGBTIQ a doenças e promiscuidade foi um dos fatores que motivaram a sua luta.

O **secretário Jackson Machado Pinto** informou, novamente, que os centros de saúde da cidade estão sendo administrados para atender a comunidade LGBTIQ, pontuando que, entretanto, demandará certo tempo para isso. Reconheceu ser necessário corrigir alguns pontos de suas declarações.

Nathan Rodrigues disse esperar que o atual governo leve em consideração as demandas da comunidade LGBTIQ, pois há muito tempo esta tem aguardado providências dos políticos.

Debate – perguntas e resposta:

Nina diz ser travesti e discordou do secretário Municipal de Saúde sobre a questão ambulatoriais para a comunidade LGBTIQ, pois considera importante haver esses espaços para acolher as pessoas dessa comunidade e dar maior visibilidade a elas para a sociedade. Pontuou a importância de que é preciso ouvir a população sobre suas necessidades.

Júlia Santos sugeriu que a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor desta Casa pense melhor sobre as políticas públicas sobre as aulas ministradas no sistema prisional. Disse ser importante a presença do secretário municipal de Saúde, tendo em vista a necessidade de a comunidade LGBTIQ expor as suas demandas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

para os representantes do poder público. Questionou ao secretário Municipal de Saúde se a equipe de endocrinologistas do SUS está apta a receber um paciente trans. Teceu considerações sobre as dificuldades de acesso da comunidade LGBTIQ aos tratamentos de saúde disponibilizados pelo poder público.

Ariá Braga disse ser estudante de Ciências Sociais e atentou para o problema de utilizar termos que patologizam comportamentos, mencionando o caso da comunidade LGBTIQ. Pontuou que a bissexualidade também é tratada como doença. Pediu para que pessoas tenham cuidado ao usar um discurso moralista sobre o tema.

João Maria relatou que já foi internado em manicômio. Disse que os questionamentos sobre o assunto da causa LGBTIQ são importantes para as transformações sociais acontecerem. Questionou o fundamento de se patologizar o comportamento da comunidade LGBTIQ. Pontuou que o País tornou-se o líder mundial em assassinatos de travestis e transexuais, pelo terceiro ano consecutivo.

Thiago Coat criticou a patologização da transexualidade. Alegou que na Organização Mundial de Saúde existe um processo de revisão da Classificação Internacional de Doenças - CID, de modo que a transexualidade deixe de ser classificada como patologia. Disse que, entretanto, os transexuais ainda são patologizados. Considerou que a transexualidade ainda demanda uma atenção da Saúde, tendo em vista a necessidade de implementação de políticas públicas.

Gil disse que membros da comunidade LGBTIQ sofrem violências verbais e, às vezes, físicas. Disse ser importante não perpetuar a violência no discurso contra a comunidade LGBTIQ, considerando que seus membros também possuem direitos. Lamentou o aumento do discurso de intolerância nesta Casa por parlamentares que chegam até mesmo a utilizar como plataforma política.

Elisabete Marques disse que não é apenas obrigação da população LGBTIQ defender os seus direitos, afirmando que é uma obrigação de todos os seres humanos. Informou que o atual governo municipal elaborou o Decreto nº 16.580/17 que criou a Coordenadoria dos Direitos da População LGBT. Disse que a coordenadoria está à disposição da SMS para conversar e promover avanços no



atendimento das demandas da comunidade LGBTIQ.

Daniele Vilhena relatou que fora agredida pelo fato de ser lésbica há alguns dias. Disse que muitas pessoas, por sua orientação sexual, são agredidas ou assassinadas.

João Maria mencionou o caso de crianças intersexuais estarem sendo operadas compulsoriamente, criticando esse procedimento médico.

O **secretário Jackson Machado Pinto** fez suas considerações finais. Informou que comparecera a esta Casa para ouvir as demandas da população LGBTIQ e avaliar o que pode ser feito para o seu atendimento. Acrescentou que suas declarações foram norteadas por conhecimentos médicos e técnicos, sem qualquer orientação moralista e que não tinham pretensão de ofender ninguém. Esclareceu que, como secretário Municipal de Saúde, pode administrar atividades nas instituições de saúde do Município, mas não tem como interferir nos hospitais do Estado e da União.

Dalcira Ferrão ressaltou os desafios do fim da patologização da população LGBTIQ e salientou a importância de lutar por mudanças.

O **secretário Jackson Machado Pinto** esclareceu que o médico só pode colocar o código da CID em seu relatório com autorização do paciente.

Nathan Rodrigues disse ao secretário municipal de Saúde que a comunidade trans está disposta a comparecer aos treinamentos realizados para os funcionários públicos da Saúde para atender a população LGBTIQ.

O **secretário Jackson Machado Pinto** respondeu a Nathan Rodrigues que serão bem vindos.

O **vereador Gabriel** agradeceu aos presentes o seu comparecimento e disse que a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor está à disposição para tratar a causa LGBTIQ construtivamente.

A **vereadora Aurea Carolina** teceu suas considerações finais e ressaltou a importância do avanço das conquistas de direitos e da consolidação da democracia.

13h4min - Intervalo

**14h38min – Reabertura dos trabalhos**

Apresentação artística de Willa Queer.

Exibição de vídeo da 20ª Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte.

Mesa temática: Acesso ao Trabalho e Moradia de Qualidade**Composição da mesa:**

Mediador: Maicon Chaves, professor do Colégio Santo Agostinho.

- Luiz Alex Saraiva, professor de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG;
- Elizabeth Matos Marques, representante do CRLGB, da Coordenadoria de Direitos da População LGBT e da Secretaria Municipal de Políticas Sociais - SMPS, representando a secretária Maíra Colares;
- Sissy Kelly, ativista pelos direitos LGBT da população em situação de rua;
- Michelle Santana Reis, moradora da Ocupação Novo Paraíso, integrante das Brigadas Populares e conselheira municipal de Habitação.

O **vereador Gabriel** pediu licença para se ausentar e desejou bom trabalho a todos.

Um servidor da vereadora Cida Falabella justificou a sua ausência por motivo de doença de sua mãe.

Maicon Chaves frisou ser difícil falar de trabalho e moradia de qualidade para um público que sofre diuturnamente com preconceitos e são marginalizados institucionalmente e familiarmente. Questionou o que as instituições têm feito para mobilizar a discussão e a garantia de moradia de qualidade e trabalho para a população LGBTIQ.

Elizabeth Marques observou que a partir da nova gestão, com a entrada da secretária Maíra Colares, estaria começando a enxergar possibilidades e um início de esforço para pensar a questão da moradia e do trabalho. Disse que moradia estaria correlacionada à Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social - SMAAS. Observou que, enquanto Coordenadoria dos Direitos da População LGBT,



começaram a pautar a diversidade junto aos serviços de média (centros de referência especializada da assistência social) e alta complexidade (abrigos, albergues, casas de acolhimento, casas de passagem). Ressaltou que há dificuldades, principalmente na alta complexidade. Lembrou que muitas instituições conveniadas à PBH têm cunho religioso, mas que a partir do posicionamento da nova gestora Maíra Colares houve uma abertura maior. Frisou que a demanda por moradia seria significativa, fruto da exclusão do ambiente familiar e que acaba fazendo com que a população LGBTIQ fique em situação de rua, em vulnerabilidade social, financeira entre outras fragilidades. Falou que, em relação à questão dos abrigos, albergues, casas de recolhimento, repúblicas, especificamente os destinados a travestis e transexuais, havia muita dificuldade em inserir a diversidade sexual nestes ambientes, mas que isso tem mudado. Frisou que tem havido avanço, citando alguns locais que já acolhem mulheres travestis e transexuais, como a República Maria Maria. Falou que ainda há muito a se discutir em relação à garantia do respeito à orientação sexual e identidade de gênero nesses espaços de acolhimento institucional. Para ela, a sexualidade das pessoas faz parte delas nesses espaços, não podendo ficar de fora. Disse que estariam em uma fase de discussão com os técnicos e gestores para um alinhamento e posicionamento institucional. Falou que a Coordenadoria dos Direitos da População LGBTIQ tem feito visitas às instituições de acolhimento para discutir com os técnicos e buscar garantias de que todos que necessitem de acolhimento tenham a sua diversidade respeitada. Disse que o ideal seria que poucas pessoas precisassem, mas que essa não é a realidade.

Maicon Chaves perguntou em que momento os técnicos têm ouvido as pessoas em situação de rua.

Elizabeth Marques informou que há rodas de conversa, por exemplo, nos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua - Centros POP. Segundo ela, participam dessas rodas os técnicos da coordenadoria, da assistência social e a população destas instituições. Lembrou que um dos questionamentos, ainda em discussão e não pacificado, seria se deve haver uma ala própria para a população LGBTIQ nessas instituições de acolhimento. Salientou que, quando fala em moradia, estaria falando de acolhimento institucional e não em moradia,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

especificamente. Observou que a questão do programa Bolsa Moradia ainda seria um entrave que também estaria sendo discutido. Frisou que, embora algumas pessoas da população LGBTIQ tenham a Bolsa Moradia, ela ainda seria limitada. Afirmou que atualmente há uma secretária que entende e respeita a luta pela garantia do direito de trabalho e moradia da população LGBTIQ. Salientou que ter direito à moradia também deve incluir os benefícios sociais.

Sissy Kelly ressaltou que as mulheres travestis e transexuais ainda não conquistaram o direito de ser acolhidas com dignidade e respeito nos espaços institucionais. Lembrou sua chegada a Belo Horizonte, em 2013, e citou locais onde procurou acolhimento. Falou que foi na República Reviver, por meio do padre Jaime, que a população LGBTIQ em situação de rua começou a ter visibilidade e garantias, como a Bolsa Moradia. Comentou que o trabalho realizado pelos movimentos sociais organizados LGBTIQ tem sido questionável, pois não querem ajudar realmente a população LGBTIQ e só se preocupam com eventos festivos, viagens e *glamour*. Informou ter sido a primeira pessoa trans a morar na República Maria Maria e que sofreu transfobia no local porque algumas mulheres têm medo de dividir espaço com travestis e transexuais. Defendeu a retirada das mulheres e homens travestis e transexuais dos espaços que não seriam condizentes com suas orientações sexuais e identidade de gênero. Considerou inadmissível a acolhida destes no Albergue Tia Branca. Elogiou o trabalho realizado pela ONG TransVest, que alugou uma casa e retirou oito pessoas trans em situação de rua e as inseriu no mercado de trabalho. Disse que esse deveria ser o papel do Estado. Ressaltou que, se não houver moradia, não há como essas pessoas cuidarem da saúde, em especial da higiene pessoal. Lembrou que o direito fundamental é o direito à vida, depois à moradia e ao trabalho, que devem ser garantidos, para que a prostituição não venha a ser a sobrevivência das mulheres travestis e transexuais. Afirmou que ser profissional do sexo não seria pecado nem crime, mas ser por uma obrigação seria uma violação de todos os direitos. Informou o número de mulheres travestis e transexuais em situação de rua atualmente, por volta de 45. Salientou que muitas não buscam os serviços de assistência social e de saúde por não acreditarem neles.

Foi convidada a tomar assento à mesa a representante da gabinetona, Bella



Gonçalves.

Instigado por Maicon Chaves, **Dudu Salabert** frisou que a população de travestis em situação de rua tem aumentado significativamente. Falou sobre a casa que a TransVest, por meio dele e de outros professores, alugou para ajudar esses travestis em situação de rua. Solicitou ajuda da PBH para ampliar esse espaço, ou para o fornecimento do básico - produtos alimentícios, contas de água e luz. Segundo ele, a casa estaria funcionando na marginalidade, sem alvará de funcionamento, e que não podem tornar mais público o trabalho porque seriam penalizados por fazer algo que o Estado não faz. Criticou que muitos políticos estejam tentando se aproveitar da casa para utilizá-la como trampolim político.

Elizabeth Marques informou que na coordenadoria da SMPS são quatro os servidores responsáveis por todas as pastas e políticas municipais. Afirmou que o objetivo da coordenadoria seria dar todo o apoio e suporte necessário à manutenção da casa, mas que há limitações burocráticas e orçamentárias e disse que, pessoalmente, como técnica, levaria essa demanda à secretária. Observou que as instituições de acolhimento são submetidas a licitações e estaria sendo discutida a inclusão de alguns critérios nestas licitações, como o respeito à diversidade sexual ou de ampliação da entrada da população LGBTIQ quando necessária, no intuito de que isso se torne uma diretriz de política que não dependa de mudança de gestor. Frisou que moradia não seria abrigo ou bolsa moradia.

Maicon Chaves questionou se essas instituições de acolhimento não seriam moradia, mas um local de passagem, em uma situação de urgência, e como o Estado e as instituições públicas deveriam flexibilizar esse volume burocrático, que não condiz com a natureza da necessidade.

Sissy Kelly lembrou que o atual prefeito Alexandre Kalil abriu um grupo de trabalho - GT - de reordenamento dos serviços socioassistenciais, ouvindo a população em situação de rua. Informou que faz parte desse GT, do Fórum de População em Situação de Rua e do Comitê Municipal de Monitoramento e Assessoramento da Política para População em Situação de Rua. Afirmou que o movimento LGBTIQ precisa, juntamente com os Centros POP, entender melhor as políticas públicas para



a população em situação de rua e trabalharemos juntos. Observou que o público em situação de rua seria heterogêneo, mas que a política seria machista. Ressaltou que há três repúblicas para o público masculino e apenas a República Maria Maria para mulheres, com 40 vagas. Frisou que o movimento organizado LGBTIQ em situação de rua deveria participar do Orçamento Participativo - OP - e cobrar mais repúblicas. Afirmou que a população LGBTIQ em situação de rua estaria tendo seus direitos violados, o que a tem levado, em alguns casos, à prostituição e, quando idosos, a passar até fome.

Michelle Santana Reis falou que tomou posse há três meses no Conselho Municipal de Habitação - CMH - e que ainda não houve nenhuma discussão em relação à população LGBTIQ. Ressaltou que a população das ocupações seria muito discriminada no CMH, em especial a população LGBTIQ. Discorreu sobre sua história de vida, lembrando que saiu da casa de sua mãe aos 14 anos, pois não aceitavam sua orientação sexual. Disse que mora na Ocupação Novo Paraíso há seis anos. Observou que, depois que conseguiu um lugar para morar na ocupação, sua vida melhorou 60%, apesar de sua casa ainda estar em construção e que até voltou a estudar. Frisou que, apesar de haver muito preconceito no CMH, sua ida para lá foi para revolucionar e lutar pela melhoria da qualidade de vida da população LGBTIQ.

Pedro, psicólogo, trabalhador do Sistema Único de Assistência Social - Suas - e servidor da gabinetona, explicou quais seriam as políticas sociais e como funcionariam. Informou que há na PBH a segurança alimentar, a assistência social e direitos humanos. Frisou que a política de moradia faria parte da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte S/A - Urbel. Salientou que a população em situação de rua LGBTIQ estaria enquadrada na assistência social. Essa possui duas proteções: a social básica, que tem como referência o Centro de Referência de Assistência Social - Cras, e a social especial, que tem como referência o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Creas. Frisou que a proteção social especial de alta complexidade seria o acolhimento institucional, sendo a mais conhecida pela população em situação de rua. Salientou que o último censo apontou que há cerca de 3 mil pessoas em situação de rua e não há nem mil



leitos para acolher essas pessoas. Explicou quais seriam as possibilidades de acolhimento dessas pessoas: casas de passagens, abrigos e repúblicas. Segundo ele, as casas de passagens seriam locais onde as pessoas só poderiam pernoitar, as repúblicas as pessoas poderiam organizar sua vida compartilhando com outras pessoas, e os abrigos possuem um compartimento para determinada família. Observou que a nova gestão municipal iniciou há seis meses e que já enfrenta algumas dificuldades. Questionou se as casas de passagem estariam respeitando as diversidades de gênero. Perguntou se as mulheres trans ainda estariam sendo encaminhadas para o Abrigo Tia Branca ou se poderiam ser encaminhadas para o Abrigo São Paulo. Observou que este abrigo recebe tanto mulheres quanto homens. Questionou se a República Maria Maria, destinada a mulheres, estaria sendo utilizada como casa de passagem e república. Citou que o único equipamento que a pessoa teria para pernoitar seria o Abrigo São Paulo. Saliou que o Abrigo Pompéia seria só para famílias e que já abrigou uma família homoafetiva, que posteriormente foi incluída no programa Bolsa Moradia. Concluiu afirmando que bastariam decisões políticas no que concerne à identidade de gênero nas instituições de acolhimento.

Sissy Kelly informou que a República Maria Maria faz um trabalho diferenciado para cada pessoa, acolhendo pessoas jovens e adultas. Defendeu um trabalho no sentido de propiciar, junto à Urbel, Bolsa Moradia para as travestis e transexuais. Defendeu a criação de um portal de transparência da Urbel com o perfil das pessoas que possuem Bolsa Moradia. Questionou se todas as pessoas que fariam uso da Bolsa Moradia teriam trajetória de rua. Frisou que república não é moradia.

Elizabeth Marques informou que a SMPS também faz parte do GT de reordenamento do serviço de proteção social para pessoas em situação de rua. Saliou que ainda não estaria instituído o direcionamento dos gêneros para as instituições de acolhimento. Frisou que há muitas queixas de violências institucionais. Disse que a coordenadoria, em seu centro de referência, estaria de portas abertas para ouvir caso a caso, para articular, enquanto não conseguirem institucionalizar para não precisar mais da intervenção caso a caso.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Luiz Alex Saraiva afirmou que as instituições, como a UFMG, não se envolvem com questões ligadas à diversidade de gênero. Disse considerar a UFMG lugar muito elitizado, em que raramente há iniciativas de trabalho e pesquisa voltados para e com a sociedade. Falou que a UFMG seria um espelho onde todas as outras instituições se miram. Frisou que os avanços foram poucos, mas que havia muito a comemorar, considerando a necessidade das pessoas. Observou que todos devem aprender a desenvolver alternativas para trabalhar e que tudo seria possível, apesar da burocracia. Destacou que, enquanto movimento, precisam desenvolver a capacidade de mobilizar e efetivar pautas, porque não adianta, por exemplo, um critério de concessão de moradia definido em função de um perfil de cidadão médio.

Maicon Chaves observou que atualmente há cerca de 14 milhões de desempregados e que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - não sabe mensurar quanto é referente à população LGBTIQ. Frisou que essa população seria marginalizada, do ponto de vista institucional, e que faltam políticas públicas direcionadas a ela.

Riverlina ressaltou ser travesti e disse que há dificuldade em conseguir políticas públicas nas áreas de Saúde e Educação para a população LGBTIQ. Por isso muitas travestis estão na prostituição. Questionou o fato de haver apenas duas travestis trabalhando nesta Casa. Frisou que a gabinetona lançou um edital e que nenhuma pessoa trans foi chamada para trabalhar. Considerou que foi um processo excludente.

16h30min - Apresentação artística de Nívea Sabino e João Maria.

Mesa temática: Diversidade na Educação

Composição da Mesa:

Mediador: vereador Gilson Reis.

- Cláudio Eduardo Resende Alves, integrante da Diretoria de Educação Inclusiva e Diversidade e coordenador do Núcleo de Relações Étnico-Raciais da Secretaria Municipal de Educação - Smed, representando a secretária, Ângela Dalben;



- Sara Azevedo, coordenadora da rede Emancipa de cursinhos populares;
- Marco Antônio Torres, professor de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto - Ufop;
- Laura Nazareth, representante da TransVest;
- Dudu Salabert, representante da TransVest;
- Thiago Santos, estudante secundarista;
- A deputada estadual Marília Campos.

O **vereador Gilson Reis** observou que o País vive um momento de déficit democrático e que tem havido enfrentamentos sociais desiguais. Falou sobre os planos municipais, estaduais e federais de Educação em curso no País. Salientou que o Plano Nacional de Educação - PNE – que era acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação, foi desconstituído pelo atual governo federal, deixando de ser um instrumento de Estado para acompanhar o processo de aplicação, as metas e estratégias do plano, o que considerou ser um golpe na política educacional do País. Frisou que no Plano Municipal de Educação de Belo Horizonte - PME - foi aprovado o conceito de ideologia de gênero. Informou que estaria em curso no País discussões sobre a escola sem partido, também denominada, segundo ele, de lei da mordança, que defende um conceito de que a educação deve ser restrita e não pode reproduzir a ciência, a filosofia, a história e outros, que foram parte da construção das escolas e universidades desde a constituição do Estado Democrático de Direito. Segundo ele, a intenção da escola sem partido seria de não permitir a construção do conhecimento e do contraditório.

Laura Nazareth sugeriu que também fosse discutido o acolhimento pela área da Educação da população LGBTIQ. Falou que, como trans, nunca se sentiu acolhida nas escolas. Informou que o nome social fora instituído na UFMG, mas que não há nenhum preparo para receber a população LGBTIQ. Observou ser a primeira e única mulher trans que faz engenharia ambiental nessa instituição e que, juntamente com o coletivo trans, estaria em contato com a pró-reitoria da UFMG para mudar essa realidade.



Dudu Salabert parodiou fala de Ferreira Goulart sobre o número de mortes precoces no Estado do Piauí e disse que em Belo Horizonte 91% das travestis não concluíram o segundo grau. Considerou a escola um dos responsáveis por isso. Questionou qual o modelo de educação oferecido pelas escolas para a população LGBTIQ, fazendo recortes específicos para a travesti. Perguntou o que estaria sendo proposto nos planos curriculares ou debatido em salas de aulas nas disciplinas em geral. Questionou até que ponto as escolas contemplam a diversidade. Falou que dá aulas há 18 anos e que durante esse tempo teve reconhecidamente apenas uma aluna travesti e um aluno trans. Indagou onde estariam as demais pessoas trans, lembrando também dos professores trans. Frisou que possui uma identidade de gênero que ficaria enjaulada e que ainda não a assumiu porque seria expulso do mercado de trabalho. Em relação à escola sem partido, disse que estaria avançando nesta Casa e que seria um descaso com a população LGBTIQ. Afirmou que a escola seria fundamental no processo de construção da cidadania de qualquer pessoa. Indagou até que ponto as pessoas trans e travestis seriam considerados cidadãos. Ressaltou que seria uma questão cultural, já que no Brasil há uma estrutura atávica de que a cidadania para grupos excluídos deveria ser dada por meio de conta-gotas, citando, como exemplo, a época da escravidão, em que os movimentos sociais contrários estariam à frente e a legislação atrasada.

Marco Antônio Torres frisou que Ouro Preto seria um local de miséria, violência e abuso sexual de criança, de uma ordem que não seria a que a mídia informa. Observou que há um modelo de estado que se diz laico e que a laicidade não seria respeitada. Disse que a população LGBTIQ infantil deveria estar nas escolas, mas que não consegue, pois há um mito de que as crianças seriam violentadas e abusadas, o que, para ele, seria negar o direito das crianças gays, trans, lésbicas, ou seja, o direito à infância e à Educação. Frisou que a religião se impõe dentro da educação, citando que também se impõe nesta Casa e barra o conselho LGBTIQ. Afirmou que há uma lógica do discurso que apaga a homofobia dos espaços institucionais. Frisou que as escolas e as políticas públicas encobrem a homofobia, citando como exemplo que a Ufop aceita o nome social, mas que isso só serve para propaganda, pois no dia a dia não há ações que mudem a experiência da vida na



universidade. Considerou que há ausências de denúncias da interferência de valores ou formas religiosas de pensar a vida. Ressaltou que têm que denunciar a ingerência do religioso e, junto à laicidade, defender a tolerância e o reconhecimento das religiosidades. Observou que a tolerância à diversidade nas escolas seria pensada do ponto de vista da hegemonia cristã. Ressaltou que a população LGBTIQ estaria tendo avanço, mas que ainda não conquistou os locais devidos, precisando se apropriar dos espaços, como os espaços religiosos. Afirmou que a laicidade deve ser construída junto com a tolerância religiosa. Citou países, como a Espanha, que possui comitês de LGBTIQ que fazem intervenções nos espaços públicos, defendendo seus direitos. Frisou que precisam criar ações que garantam intervenções nesse sentido.

O **vereador Gilson Reis** observou que o Parlamento do Brasil estaria distorcido representativamente, sendo um espaço de representação burguesa e em descompasso com os anseios da sociedade.

Tiago Santos defendeu uma escola mais inclusiva. Disse que a sociedade seria machista e lgbtfobista, o que leva a escola também a ser. Criticou o projeto da escola sem partido e os vereadores que estariam apoiando esse projeto. Para ele, o projeto da escola sem partido estaria sendo apresentado com uma máscara democrática e de que não há uma dualidade de opinião. Defendeu a dualidade de ideias no espaço escolar. Falou sobre a força que o movimento estudantil ainda possui, lembrando a ocupação de escolas em outros momentos. Posicionou-se a favor da aprovação do Conselho Municipal LGBTIQ. Cobrou uma escola com pluralidade de ideias.

Sara Azevedo informou ser professora da rede pública estadual de ensino. Ressaltou que deveriam discutir as questões relacionadas ao uso do banheiro pela população LGBTIQ, bem como o *bullying* e a educação inclusiva dessas pessoas. Defendeu a liberdade de cátedra, ou seja, a liberdade do professor dentro da sala de aula. Para ela, deve haver a garantia de que todos os conteúdos disciplinares possam ser apresentados e discutidos em sala de aula livre e democraticamente. Frisou ser na escola que há a explosão de orientações e onde as pessoas começam a se identificar, a conhecer a diversidade de pessoas. Ressaltou que o projeto da



escola sem partido iria impedir a pluralidade de ideias e concepções, excluindo o LGBTIQ e construindo uma escola insípida, branca. Informou pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - Ibope - que aponta que 84% das pessoas apoiam discutir diversidade gênero na escola. Observou que na escola as pessoas aprendem a respeitar a liberdade e a diversidade. Desejou que um dia não existisse mais o Emancipa e outros semelhantes, pois significaria que a população LGBTIQ conquistou seus direitos. Cobrou que o direito do professor de dar aula como quiser e do aluno de perguntar não seja ferido.

O **vereador Gilson Reis** lembrou que seria realizada, a partir do próximo mês, a Conferência Nacional Popular da Educação.

A deputada estadual Marília Campos afirmou que os representantes políticos não atendem os anseios da população, sendo a marca da ilegitimidade e do autoritarismo. Defendeu que a população LGBTIQ ocupe os espaços legislativos e cobrem a implementação de políticas públicas voltadas a eles. Informou que há um projeto para criação do Conselho Estadual LGBTIQ e que seria apreciado na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG. Conclamou todos a participar e lutar pela aprovação desse projeto. Lembrou que não há política pública sem orçamento e defendeu que também cobrem orçamento para as políticas públicas.

Dudu Salabert observou que a política seria sempre feita de forma isolada. Salientou que muitas pessoas não podem participar de todas as reuniões dos Parlamentos para cobrar políticas públicas, pois também precisam trabalhar, sendo por isso que elegem seus representantes.

A deputada estadual Marília Campos defendeu que todos procurem participar das reuniões do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG.

O **vereador Gilson Reis** também defendeu que todos participem das reuniões do PPAG.

João Maria observou que participa de vários movimentos, conferências e manifestações, mas que também precisa trabalhar e não poderia ir a todos.



Cláudio Eduardo observou que o ideal nas escolas seria o banheiro individual e que os banheiros coletivos seriam problema. Informou que estaria sendo implantada a Diretoria de Educação Inclusiva e Diversidades. Explicou o objetivo dessa diretoria e sua composição, que seria de três núcleos. Falou sobre o PME, aprovado em 2015, que, segundo ele, retirou a palavra gênero e substituiu por diversidade. Frisou que o foco da Smed seria a formação de professores. Lembrou que Belo Horizonte foi a primeira capital do País a ter uma política social, em 2008. Exibiu eslaide sobre o mapeamento do uso do nome social na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, explicando o parâmetro para construção desse mapeamento.

Foi passada a palavra ao público.

Tiffany, moradora de Ribeirão das Neves, lembrou que muitas mulheres trans não têm tempo de lutar por políticas públicas, pois precisam trabalhar para sobreviver. Para ela, o Estado não cumpre seu dever e as minorias são exploradas e marginalizadas, como as pessoas trans.

Júlia Santos disse que todos precisam se organizar, ocupar espaços e lutar por seus direitos. Defendeu a politização da população LGBTIQ.

Gustavo, assessor da gabinetona, falou sobre o projeto da escola sem partido. Explicou como é o trâmite dos projetos nesta Casa e como estaria sendo o da escola sem partido. Segundo ele, o projeto não foi colocado em pauta com a antecipação regimental e de maneira covarde. Observou que o projeto foi aprovado em reunião *ad referendum* e que não houve tempo de se articular contra a aprovação. Afirmou que esse projeto estaria sendo alavancado por políticos de uma ala conservadora. Saliu ser um projeto inconstitucional.

Fábio Borges falou sobre as origens da homofobia, que, para ele, tem a ver com as religiões. Lembrou que o Estado se diz laico e defendeu que a escola também o seja. Explicou por que o fascismo cresceu no Brasil.

Roberto falou sobre o uso do nome social na Universidade de Negócios e Administração - Una - e ressaltou que as instituições devem incorporá-lo. Observou que na Una muitas questões necessitam de intervenção dos professores e que a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

própria instituição de ensino deveria ir se corrigindo. Para ele, a transformação só ocorre por meio da educação.

Ranira, estudante da Pontifícia Universidade Católica - PUC, considerou ser preocupante a questão da escola sem partido. Frisou que precisam discutir o direito da pessoa usar o nome que quiser, que a faz se sentir bem. Salientou que votou nos políticos acreditando que cumpririam o seu papel de defender os direitos das pessoas que os elegeram, mas não seria isso o que tem visto, citando os altos salários dos políticos e os baixos dos trabalhadores.

Sara, estudante da Escola Estadual Professor Leopoldo de Miranda, falou sobre a escola sem partido e a reforma do ensino médio. Leu o art. 4º do projeto de lei da escola sem partido. Questionou como ficariam os debates e a troca de informações nas escolas, pois, para ela, é o momento em que todos colocam seu ponto de vista e conseguem construir uma opinião individual. Afirmou que o projeto da escola sem partido não possui coerência com a realidade. Ressaltou que há uma falsa diversidade nas escolas.

Um assessor da gabinetona fez uma síntese do seminário realizado, lembrando os compromissos assumidos em favor da população LGBTIQ por autoridades que fizeram parte das mesas de trabalho.

19h4min - Encerramento